

A MULHER NEGRA COMO DUPLO OUTRO: IMPLICAÇÕES PSÍQUICAS E CLÍNICAS DA RACIALIZAÇÃO

BLACK WOMAN AS A DOUBLE OTHER: PSYCHIC AND CLINICAL IMPLICATIONS OF RACIALIZATION

LA MUJER NEGRA COMO DOBLE OTRA: IMPLICACIONES PSÍQUICAS Y CLÍNICAS DE LA RACIALIZACIÓN

Raquel Ferreira Vargas¹

Resumo: Este artigo discute como a subjetividade da mulher negra é constituída por atravessamentos raciais e de gênero desde a infância, problematizando a insuficiência de uma psicanálise baseada em um sujeito universal branco. A partir de autoras como Gonzalez, Kilomba, hooks e Ribeiro, realiza-se uma análise teórico-bibliográfica que evidencia como discursos coloniais moldam a identificação, o desejo e as possibilidades de reconhecimento. Os resultados indicam que o racismo opera como estrutura repetitiva que afeta a formação do eu, produzindo silenciamentos, idealizações e dificuldades de acesso ao cuidado. Conclui-se que a clínica psicanalítica precisa reconhecer a racialidade como operador estrutural para sustentar uma escuta ética que favoreça a elaboração, o reposicionamento subjetivo e a construção de novas narrativas para mulheres negras.

Palavras-chave: Psicanálise. Mulher negra. Racismo. Clínica.

Abstract: This article examines how Black women's subjectivity is shaped by racial and gendered structures from childhood, highlighting the limitations of a psychoanalytic tradition grounded in a universalized white subject. Drawing on authors such as Gonzalez, Kilomba, hooks, and Ribeiro, this theoretical literature review shows how colonial discourses shape identification, desire, and possibilities for recognition. The findings indicate that racism operates as a repetitive structure affecting ego formation, producing silencing, idealizations, and barriers to care. The study concludes that psychoanalytic practice must acknowledge raciality as a structural operator in order to sustain an ethical listening that supports elaboration, subjective repositioning, and the construction of new narratives for Black women.

Keywords: Psychoanalysis. Black women. Racism. Clinical practice.

Resumen: Este artículo analiza cómo la subjetividad de la mujer negra se constituye a partir de atravesamientos raciales y de género desde la infancia, evidenciando los límites de un psicoanálisis basado en un sujeto universal blanco. A partir de autoras como Gonzalez, Kilomba, hooks y Ribeiro, se desarrolla una revisión teórica que muestra cómo los discursos coloniales moldean la identificación, el deseo y las posibilidades de reconocimiento. Los resultados indican que el racismo funciona como una estructura repetitiva que afecta la formación del yo, generando silenciamientos, idealizaciones y barreras para el cuidado. Se concluye que la clínica psicoanalítica debe reconocer la racialidad como operador estructural para sostener una escucha ética que favorezca la elaboración, el reposicionamiento subjetivo y la construcción de nuevas narrativas para mujeres negras.

Palabras clave: Psicoanálisis. Mujer negra. Racismo. Clínica.

¹ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN).
ORCID: 0009-0004-2460-0569. E-mail: raquel1105ferreira@gmail.com

INTRODUÇÃO

A compreensão da subjetividade feminina ao longo da história da psicanálise foi construída majoritariamente a partir de um sujeito universalizado, cuja experiência foi tomada como parâmetro para teorizações consideradas gerais, sem interseccionalidades. Esse paradigma, no entanto, invisibiliza as especificidades de mulheres cuja constituição psíquica ocorre sob condições materiais e simbólicas marcadas pela racialidade. No caso da mulher negra, raça e gênero não aparecem como camadas somadas posteriormente ao desenvolvimento psíquico, mas como operadores estruturantes que moldam, desde o início, seus processos de identificação, reconhecimento e inscrição simbólica no mundo. Pensar a subjetividade dessas mulheres exige, portanto, um deslocamento ético, epistemológico e clínico, capaz de reconhecer que a universalidade do sujeito psicanalítico sempre teve cor, classe e localização histórica.

Diversas autoras feministas e pensadoras negras vêm demonstrando que a mulher negra é historicamente construída como figura de alteridade radical, submetida a um regime de representação atravessado pela colonialidade e pelo controle dos corpos. Gonzalez (2020) e Kilomba (2019) evidenciam que essa construção não se restringe ao campo social: ela se infiltra na formação do inconsciente, produzindo marcas duradouras na constituição do eu, nos modos de desejar e nas formas de se relacionar com o outro. Assim, aquilo que pode ser experimentado, dito ou sentido é constantemente filtrado por significantes raciais e de gênero que antecedem a própria subjetivação, delimitando possibilidades de existência e dificultando o acesso a lugares de cuidado, vulnerabilidade e reconhecimento.

No contexto clínico, esses atravessamentos revelam desafios significativos. Quando a psicanálise opera a partir de referenciais que desconsideram a racialidade, corre o risco de repetir os silenciamentos e violências simbólicas que estruturam a vida social da mulher negra. Como argumenta hooks (2022), as opressões se reproduzem justamente quando permanecem naturalizadas e invisíveis. Dessa forma, a escuta analítica deve ser capaz de reconhecer que a dor psíquica da mulher negra não é desvinculada de sua história coletiva nem das estruturas sociais que moldam sua subjetividade. Assumir essa perspectiva implica deslocar o olhar teórico e clínico para acolher experiências que, durante muito tempo, estiveram fora do campo de inteligibilidade da psicanálise.

Diante desse cenário, o presente artigo propõe analisar como a subjetividade da mulher negra é constituída por atravessamentos raciais e de gênero desde a infância, discutindo as implicações psíquicas desse processo e refletindo sobre os desafios que se colocam para a clínica psicanalítica. A partir das contribuições de autoras como Gonzalez, Kilomba, hooks, Djamila Ribeiro e outros pensadores, busca-se compreender de que modo o racismo estrutural opera como memória insistente, afetando a constituição do eu, as formas de reconhecimento e a possibilidade de ocupar um lugar de sujeito. Pretende-se, ainda, problematizar como a psicanálise pode, ao invés de reproduzir apagamentos, oferecer um espaço ético de elaboração, reposicionamento e construção de novas narrativas subjetivas para mulheres negras.

Assim, este trabalho parte do pressuposto de que pensar a clínica com mulheres negras exige mais do que incluir a raça como variável adicional: requer transformar o modo como compreendemos o inconsciente, o sujeito e a própria prática psicanalítica. Somente nesse movimento é possível construir uma escuta que reconheça a complexidade da mulher negra e sustente seu direito de existir, desejar e produzir sentidos para si mesma.

A CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA MARCADA PELA DIFERENÇA

A psicanálise clássica buscou compreender a constituição da feminilidade a partir de modelos desenvolvidos no contexto europeu branco, considerando a mulher como categoria universal (Irigaray, 1985). Entretanto, para pensar a subjetividade feminina negra, é preciso reconhecer que gênero e raça não atuam separadamente: articulam-se desde o início da vida

psíquica, modulando identificação, desejo e posicionamento social. Se, em Freud, a feminilidade surge vinculada à alteridade e à falta, tal formulação se torna ainda mais complexa quando o corpo feminino já é, de partida, lido como duplamente Outro — por ser mulher e por ser negra — configuração analisada por Gonzalez (2020) e posteriormente aprofundada por Kilomba (2019).

Há, como aponta Jessé Souza (2012), um traço profundamente revelador — e sintomático do ponto de vista psicanalítico — no modo como a sociedade brasileira lida com a memória da escravidão. A tendência ao apagamento ou à minimização desse passado pode ser compreendida à luz dos mecanismos de defesa descritos pela psicanálise, especialmente a negação e o recalque. Tanto a história quanto a clínica indicam que experiências traumáticas não se elaboram pelo silenciamento, mas pela possibilidade de inscrição simbólica e elaboração pela palavra. Quando o trauma é negado, seus efeitos tendem a retornar de forma deslocada, reiterando violências não simbolizadas. Nesse sentido, a realidade brasileira parece expressar uma dinâmica coletiva de recusa da memória, cuja análise encontra na psicanálise um instrumental fecundo para interpretação crítica.

No que se refere à estruturação do racismo no Brasil, trata-se de um fenômeno que ultrapassa atitudes individuais e se consolida em práticas institucionais e dispositivos sociais que operam de maneira sistemática. Embora envolva ações humanas concretas, o racismo articula-se como engrenagem estrutural, sustentada pela naturalização de hierarquias forjadas no período escravocrata. A escravização, vinculada à lógica colonial de exploração e à divisão desigual de trabalho e riqueza, instituiu padrões duradouros de desumanização que se perpetuaram por meio de rotinas administrativas, critérios aparentemente neutros e normas sociais tácitas. Como argumenta Slavoj Žižek (2014), certas formas de violência não se apresentam de modo explícito, mas operam de maneira sistêmica, inscritas nas próprias estruturas sociais, produzindo exclusão e rebaixamento de forma difusa e contínua.

A produção de Maria Aparecida Bento (2002), especialmente ao desenvolver o conceito de “pacto da branquitude”, contribui de forma decisiva para ampliar a compreensão dos processos de subjetivação racializados. Ao evidenciar como a branquitude opera como norma silenciosa que organiza privilégios e distribui reconhecimento, Bento demonstra que o racismo não se sustenta apenas por exclusões explícitas, mas por alianças inconscientes e institucionais que mantêm determinados corpos como padrão de humanidade. “Não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos” (Bento, 2002, p. 14). Com essa afirmação inicial, a autora rompe com concepções já consolidadas e sugere uma nova perspectiva para compreender a questão racial no Brasil.

Tal perspectiva dialoga diretamente com a constituição psíquica da mulher negra, pois revela que sua experiência de alteridade não se deve apenas a estigmas direcionados ao corpo negro, mas também à manutenção de um ideal normativo branco que estrutura os processos identificatórios desde a infância. Trata-se de um “pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios” e que possui um componente “narcísico, de autopreservação como se o ‘diferente’ ameaçasse o ‘normal’” (Bento, 2002, p. 18). Nesse sentido, a mulher negra se constitui não apenas sob o peso de significantes negativos, mas também sob a exclusão persistente do lugar de universalidade simbólica, o que impacta profundamente a formação do ideal de eu e as possibilidades de reconhecimento.

As hierarquias de raça e gênero construídas no período colonial não se limitaram à organização econômica e política do país, mas também produziram efeitos duradouros na constituição subjetiva e nas formas de reconhecimento social. Ao serem mantidas na República e articuladas à consolidação do capitalismo pós-abolição, tais hierarquias sustentaram um arranjo simbólico no qual a branquitude permaneceu como referência normativa silenciosa. A ausência de um discurso racializado sobre os sujeitos brancos e

o apagamento da herança simbólica e material positiva da escravidão para essa parcela da população configuram elementos centrais do que Bento (2002) denomina pacto da branquitude.

Do ponto de vista psicológico, esse pacto opera como mecanismo coletivo de negação e defesa, produzindo racionalizações, silenciamentos e deslocamentos que dificultam o reconhecimento das desigualdades raciais como estruturantes da experiência social e subjetiva. Não por acaso, as reações a esse capitalismo racial emergem também como movimentos de afirmação identitária e elaboração psíquica conduzidos pelo movimento negro, cuja luta decolonial tensiona tanto as estruturas materiais quanto os enquadramentos simbólicos herdados. Nesse contexto, a crítica à “historiografia oficial” (Bento, 2002, p. 39), apontada pela autora, pode ser compreendida como crítica a um regime de memória que, ao omitir a história da resistência negra, contribui para a manutenção de narrativas que impactam diretamente os processos de identificação, pertencimento e autoestima da população negra.

A noção de “amnésia branca”, desenvolvida por Bento (2022), oferece importante chave de leitura para compreender a constituição psíquica da mulher negra em uma sociedade que nega sistematicamente a centralidade da violência racial em sua formação histórica. Ao apontar o esquecimento coletivo da condescendência branca com a escravidão e com o sofrimento negro, a autora evidencia que a memória social é seletiva e estruturada por relações de poder.

Do ponto de vista psíquico, essa amnésia coletiva produz efeitos na constituição subjetiva da mulher negra, pois ela cresce em um ambiente simbólico que minimiza ou relativiza as marcas históricas que incidem sobre seu corpo e sua trajetória. Assim, sua experiência de dor ou exclusão pode ser constantemente deslegitimada, gerando conflitos identificatórios e dificuldades de simbolização, já que o meio social não reconhece plenamente a historicidade de sua condição (Bento, 2022). A constituição do eu, nesse contexto, ocorre sob tensão entre a vivência concreta do racismo e a negação social de sua existência estrutural.

A constituição psíquica da mulher negra ocorre, portanto, em um campo simbólico que não é neutro: desde muito cedo, ela se vê capturada por significantes raciais e de gênero que antecedem sua própria possibilidade de subjetivação (Gonzalez, 2020). A universalidade pressuposta nos discursos sobre a mulher apaga o fato de que a mulher negra é historicamente posicionada em uma zona de subalternidade, onde seu corpo é marcado pela exotização, pela força atribuída, pela disponibilidade e pela desumanização. Gonzalez (2020) argumenta que esse enquadramento racial e sexual produz um lugar simbólico específico, que já interpela a criança antes mesmo de ela ocupar plenamente uma posição de sujeito.

Essa interpelação precoce significa que, antes mesmo de constituir uma imagem de si ou de elaborar identificações primárias, a criança negra já é inserida em um circuito de sentidos sociais que definem como seu corpo será lido. Em outras palavras, ela é nomeada por discursos raciais e de gênero que antecedem sua experiência subjetiva, sendo posicionada como “outra” antes de poder se reconhecer como “alguém” (Kilomba, 2019). Do ponto de vista psicanalítico, isso implica que o processo de subjetivação não se dá em um vazio simbólico, mas em um campo já saturado por significantes como “forte”, “exótica”, “imprópria” ou “inferior”, que atravessam a constituição do eu e moldam o modo como essa criança poderá demandar, desejar e se imaginar no mundo. Assim, a racialização e a generificação operam como discursos que se inscrevem no psiquismo antes da possibilidade de escolha, produzindo limites e mediações específicas para a construção de sua identidade (Lacan, 1998; Kilomba, 2019).

Assim, diferentemente do modelo clássico de identificação, no qual o sujeito se constitui a partir do olhar do Outro, a mulher negra se constitui a partir de um olhar que frequentemente a reduz, a distorce ou a omite. Como destaca Kilomba (2019), o corpo negro é sempre antecedido por um imaginário colonial que o transforma em objeto de fantasia, medo ou

fetichismo. Na mulher negra, essa antecipação se intensifica: ela não é apenas racializada, mas também erotizada e silenciada, tendo seu corpo organizado sob um regime simbólico que regula como pode ser vista e como pode se ver.

Essa antecipação produz efeitos profundos na constituição do eu. A mulher negra cresce sob a incidência de significantes que não a reconhecem em sua complexidade, e que muitas vezes a impedem de ocupar um lugar de vulnerabilidade, de desejo e de subjetividade plena. Bell hooks (2022) argumenta que a construção da mulher negra como “forte” ou “resistente” funciona como estratégia de poder, mascarando o sofrimento psíquico e impedindo que sua dor seja legitimada socialmente. Essa imagem internalizada pode produzir conflitos identificatórios e afetivos, dificultando o acesso a um lugar de cuidado.

Além disso, bell hooks enfatiza que a naturalização da força e da resistência como atributos inerentes às mulheres negras produz não apenas um apagamento de sua dor, mas também uma profunda limitação de suas possibilidades de subjetivação (hooks, 2022). Ao serem constantemente convocadas a sustentar o Outro — a família, a comunidade, o trabalho —, essas mulheres têm sua própria necessidade de cuidado relegada a um segundo plano. Essa dinâmica, segundo a autora, consolida um ciclo em que a mulher negra é ensinada a sobreviver, mas não necessariamente a se reconhecer como alguém digno de cuidado, amor e proteção. Tal processo impacta diretamente a formação do eu, pois restringe o espaço psíquico para a fragilidade, a dependência e a construção de uma identidade que não esteja fundada apenas na resistência.

A psicanálise, nesse contexto, não teria apenas contribuições a oferecer para a compreensão do sofrimento psíquico das populações historicamente desumanizadas, mas também para a análise da formação subjetiva das classes que se beneficiaram da ordem escravocrata e que mantiveram posições de poder mesmo após a transição formal para o trabalho livre. Como propõe Rita Segato (2006), a sociabilidade construída sob a escravidão não desaparece com a mudança do regime econômico; ela persiste como estrutura afetiva e simbólica que organiza vínculos, hierarquias e lugares sociais.

Nessa direção, Segato (2006) torna relevante interrogar os efeitos psíquicos produzidos nas crianças das elites — majoritariamente brancas — que foram criadas sob uma dinâmica em que o cuidado cotidiano era desempenhado por mulheres negras, primeiro escravizadas e depois empregadas domésticas. A figura da ama ou da babá ocupava o lugar de presença afetiva constante, responsável pelo cuidado e pela satisfação das demandas infantis, mas destituída de autoridade simbólica para estabelecer limites. Ao mesmo tempo, a organização familiar mantinha uma dissociação entre maternidade biológica, autoridade paterna e vínculo afetivo, produzindo uma configuração complexa do Édipo e da lei. Tal arranjo evidencia como a racialização atravessa não apenas a experiência dos sujeitos subalternizados, mas também a constituição psíquica daqueles situados nos lugares de privilégio.

Djamila Ribeiro (2019), ao discutir o conceito de “lugar de fala”, contribui para compreender que a constituição psíquica da mulher negra não pode ser pensada fora de suas condições materiais e simbólicas. Para a autora, “lugar de fala” não diz respeito a uma autorização individual para falar, mas ao reconhecimento de que cada sujeito ocupa posições sociais específicas, atravessadas por relações de poder, que determinam como será ouvido, legitimado ou silenciado. Assim, desde cedo, a mulher negra aprende que seu corpo carrega marcas que orientam a forma como será tratada, escutada ou invisibilizada. Essas marcas influenciam a formação do eu, as possibilidades de reconhecimento e as maneiras pelas quais ela poderá experimentar a própria feminilidade.

Ao afirmar que nem todas as experiências são universalizáveis e que cada sujeito ocupa um lugar social específico, Ribeiro (2019) destaca que a mulher negra vivencia processos de subjetivação atravessados por desigualdades históricas e estruturas de poder que moldam suas possibilidades de existir. Isso significa que sua identidade é construída em um contexto

onde o racismo e o sexismo operam conjuntamente, produzindo limitações concretas, como menor acesso a cuidados, menor credibilidade de sua palavra e maior exposição à violência, que reverberam diretamente no campo psíquico. Assim, o “lugar de fala”, longe de ser apenas uma categoria política, funciona como ferramenta analítica que evidencia como a posição social da mulher negra constitui as bases de sua vida emocional, determinando o que ela pode desejar, reivindicar ou imaginar para si.

Como lembra Kilomba (2019), o racismo não opera apenas como evento traumático, mas como estrutura repetitiva, uma memória insistente que se reinscreve no olhar do outro, nos gestos cotidianos e na linguagem. Para a mulher negra, essa repetição produz uma economia psíquica marcada pela vigilância constante, pela necessidade de se proteger de olhares invasivos e pelo desafio contínuo de afirmar sua existência como sujeito e não como imagem colonial. Tal dinâmica pode gerar estados persistentes de hipervigilância e autocensura, nos quais cada gesto e cada palavra são previamente avaliados como estratégia de autopreservação. Ao mesmo tempo, essa tensão contínua entre exposição e defesa consome energia psíquica significativa, impactando a experiência de espontaneidade, pertencimento e liberdade no laço social.

Além disso, as produções do AMMA Psiquê e Negritude, organização pioneira na articulação entre psicologia, psicanálise e relações raciais no Brasil, oferecem contribuições fundamentais para compreender os efeitos psíquicos do racismo estrutural. A instituição tem sistematizado, ao longo de décadas, pesquisas e práticas clínicas que evidenciam como o racismo atua como trauma cumulativo e cotidiano, afetando autoestima, pertencimento e construção identitária de sujeitos negros (AMMA Psiquê e Negritude, 2008).

Ao destacar que o sofrimento psíquico da população negra não pode ser dissociado das experiências reiteradas de desqualificação simbólica, a AMMA Psiquê amplia o debate ao demonstrar que a racialização não é um evento episódico, mas uma condição estruturante que atravessa a constituição subjetiva. “Para o branco, o negro deve ser mantido na posição compulsória de um servidor, um serviçal, um subordinado” (AMMA Psiquê e Negritude, 2008, p. 65). Essa perspectiva fortalece o argumento de que, no caso da mulher negra, gênero e raça operam como organizadores centrais do psiquismo, e não como variáveis externas ou secundárias.

Dessa forma, a constituição psíquica da mulher negra se desenvolve em meio a um campo de forças que ultrapassa sua experiência individual, articulando inconsciente e história, afeto e política. A repetição do racismo, como aponta Kilomba (2019), não apenas produz feridas, mas delimita constantemente os contornos do que se considera possível para essa mulher desejar, ser e ocupar no mundo. Encerrando esta análise, é possível afirmar que a subjetividade feminina negra emerge da negociação contínua entre uma história imposta, marcada pela colonialidade e pelo controle sobre seus corpos, e a potência criativa de reinvenção que cada sujeito sustenta. Reconhecer esses atravessamentos é fundamental para que a psicanálise possa oferecer um espaço clínico que não repita o silenciamento, mas que acolha a complexidade de existir como mulher negra em uma sociedade racializada.

ESCUA DA MULHER NEGRA NA CLÍNICA PSICANALÍTICA

A clínica psicanalítica, ao receber mulheres negras, confronta-se com um cenário no qual o sofrimento individual está profundamente entrelaçado à história coletiva da racialização. A mulher negra não chega ao consultório apenas com conflitos intrapsíquicos; ela traz consigo uma trajetória marcada por olhares coloniais, expectativas de subalternidade e exclusões simbólicas que se inscrevem no corpo e no desejo. Quando a psicanálise opera a partir de uma pretensa neutralidade universal, corre o risco de repetir os apagamentos que estruturam a vida social dessas mulheres. Como argumenta hooks (2022), as formas de dominação se reproduzem justamente quando são tratadas como invisíveis.

A esse quadro soma-se o fato de que a clínica frequentemente foi pensada para um sujeito idealizado — branco, europeu e masculino —, o que gera um descompasso entre a teoria clássica e a realidade das mulheres negras (Ribeiro, 2019). A ausência histórica dessas mulheres como interlocutoras da teoria produz um vazio interpretativo que pode dificultar a compreensão de suas demandas e experiências. Assim, o primeiro desafio clínico consiste em desnaturalizar a universalidade do sujeito psicanalítico, reconhecendo que a racialidade altera as condições de constituição e expressão do inconsciente (Gonzalez, 2020). O consultório, para ser efetivamente ético, precisa se tornar um espaço de legitimação do que foi sistematicamente silenciado.

Mulheres negras frequentemente chegam à análise atravessadas por um mandato social de força, resiliência e resistência, elementos que podem dificultar a autorização ao cuidado e à fragilidade. Bell hooks (2022) aponta que a construção da mulher negra como “forte” funciona como tecnologia de controle, impedindo que sua dor seja vista como legítima e digna de atenção. Esse imperativo de força pode aparecer na clínica como dificuldade de pedir ajuda, minimização de experiências de violência e dificuldade de reconhecer limites corporais e psíquicos. Não raro, a paciente relata sentir-se culpada ao expressar cansaço ou sofrimento, como se a vulnerabilidade configurasse falha moral ou fraqueza inaceitável. A escuta analítica, ao legitimar esses afetos, pode abrir espaço para que a mulher negra se autorize a existir para além da exigência constante de resistência.

O analista, ao reconhecer esse mandato de força, precisa sustentar um espaço onde a paciente possa experimentar não apenas sua potência, mas também sua vulnerabilidade. Isso implica trabalhar com aquilo que bell hooks descreve como “o direito de sentir”, abrindo brechas para que afetos como tristeza, desamparo e medo deixem de ser interditos (hooks, 2019). A mulher negra, muitas vezes impedida de ocupar um lugar de fragilidade no mundo social, encontra na clínica a possibilidade de elaborar dimensões de si que historicamente lhe foram negadas, um movimento que exige sensibilidade, cuidado e compromisso ético por parte do analista (Ribeiro, 2019). Ao legitimar tais afetos, o *setting* analítico pode tornar-se um espaço de reconstrução simbólica, no qual a vulnerabilidade deixa de ser sinal de fraqueza e passa a constituir-se como dimensão constitutiva da subjetividade.

As análises de Bento (2002) sobre a falácia da neutralidade oferecem um paralelo fecundo para a clínica psicanalítica. Se, nas instituições, a autora demonstra que a pretensa objetividade dos processos seletivos encobre critérios racializados, no *setting* analítico a invocação da neutralidade pode igualmente operar como mecanismo de apagamento das desigualdades raciais. A ideia de que o analista ocupa uma posição universal e não marcada racialmente pode reproduzir, ainda que de modo involuntário, o pacto da branquitude, produzindo escutas que desconsideram o racismo como determinante do sofrimento apresentado. Nesse sentido, a clínica com mulheres negras exige o reconhecimento de que não há neutralidade fora das relações de poder, e de que a escuta analítica precisa ser atravessada por uma consciência crítica acerca das hierarquias raciais que estruturam o laço social.

Além disso, ao evidenciar que a exclusão de pessoas negras dos espaços de liderança se sustenta não apenas por práticas explícitas de discriminação, mas por percepções naturalizadas de não pertencimento, Bento (2022) contribui para pensar os efeitos subjetivos dessas dinâmicas na mulher negra que busca análise. A internalização reiterada da mensagem de que certos lugares não lhe são destinados pode produzir sentimentos de impostura, hipervigilância e autocensura, que emergem na clínica sob a forma de culpa por desejar ocupar espaços de reconhecimento, medo de errar ou necessidade constante de provar valor. A escuta psicanalítica, ao considerar tais atravessamentos, pode auxiliar na elaboração dessas marcas, deslocando a leitura de um suposto déficit individual para a compreensão de que tais afetos são produzidos em um contexto de exclusão histórica.

Outro ponto central é o modo como o racismo estrutura a relação da mulher negra com sua própria imagem. Kilomba (2019) demonstra que o olhar colonial se infiltra precocemente na formação do eu, produzindo uma cisão entre o que a mulher negra é e o que ela deve performar para ser socialmente tolerada. Essa cisão, quando não reconhecida pelo analista, pode gerar interpretações inadequadas ou culpabilizadoras, que reforçam o silenciamento da paciente. A transferência racializada, nesse contexto, torna-se um território delicado que exige do analista a capacidade de escutar não somente o dito, mas também as marcas ausentes, os silêncios e as hesitações.

Desenvolver uma escuta adequada implica reconhecer que o analista também ocupa um lugar racializado, mesmo quando insiste em sua neutralidade. Projeções inconscientes, fantasias coloniais, idealizações ou temores podem surgir na contratransferência, e sua não elaboração constitui risco clínico (Kilomba, 2019). Se o analista não enfrenta seus próprios atravessamentos raciais, corre o risco de interpretar a paciente a partir de estereótipos historicamente construídos, como idealizações pejorativas que remetem à mulher negra e restringem sua singularidade. Trabalhar clinicamente com mulheres negras implica, portanto, confrontar as heranças simbólicas que atravessam também o lugar do analista, reconhecendo que seu olhar não é neutro, mas produzido por uma história marcada por desigualdades raciais (hooks, 2019).

A análise proposta por Segato (2006) acerca da sociabilidade forjada na escravidão também ilumina a posição contemporânea da mulher negra na clínica. Historicamente situada no lugar de cuidadora compulsória — ama, babá, empregada doméstica —, ela foi constituída como suporte afetivo das famílias brancas, sem que seu próprio desejo ou sofrimento fossem reconhecidos. Essa herança simbólica reverbera no presente quando mulheres negras chegam à análise relatando exaustão crônica, dificuldade de priorizar a si mesmas e sentimento de culpa ao estabelecer limites. A clínica precisa reconhecer que tais impasses não são apenas traços individuais, mas efeitos de uma longa tradição que as posicionou como sustentáculo emocional do outro.

Se, na estrutura colonial, a mulher negra ocupava o lugar de cuidado sem autoridade, essa dissociação entre afeto e poder produz efeitos duradouros na constituição subjetiva. Muitas mulheres negras relatam, no espaço analítico, dificuldades em sustentar posições de liderança, impor limites ou afirmar o próprio desejo sem experimentar angústia intensa. A herança histórica de um lugar afetivo desprovido de legitimidade simbólica pode contribuir para conflitos em torno da assertividade e do reconhecimento (Segato, 2003). A escuta clínica, nesse sentido, deve operar como espaço de reinscrição simbólica, onde o exercício do desejo e da autoridade possa ser elaborado sem que isso implique ameaça à própria integridade psíquica.

Ao considerar que a sociabilidade escravocrata moldou tanto os lugares de privilégio quanto os de subalternização, a psicanálise é convocada a não repetir essa distribuição desigual de humanidade em seu próprio *setting*. No caso das mulheres negras, isso implica reconhecer que o sofrimento relacionado à sobrecarga afetiva, à hipermaternagem social e à constante disponibilidade ao outro não é mera característica de personalidade, mas efeito histórico de uma posição racializada (Segato, 2003). A clínica pode, então, tornar-se espaço de deslocamento desse destino, favorecendo a construção de uma posição subjetiva em que o cuidado deixe de ser obrigação compulsória e passe a ser escolha, e onde o desejo da mulher negra encontre autorização simbólica para existir.

As reflexões propostas por Bento (2022) também oferecem subsídios relevantes para pensar a posição do analista na clínica. Ao analisar os mecanismos de negação e silenciamento que sustentam o pacto narcísico da branquitude, a autora evidencia como sujeitos brancos frequentemente se percebem como neutros ou universais, desresponsabilizando-se das hierarquias raciais que os beneficiam. Transposta para o *setting* analítico, essa crítica convida o

profissional a interrogar sua própria posição racial e os efeitos inconscientes que ela produz na escuta. A recusa em reconhecer tais atravessamentos pode levar à minimização do racismo relatado pela paciente ou à interpretação de seus conflitos como exclusivamente intrapsíquicos, desconsiderando o impacto das violências estruturais em sua economia psíquica.

Djamila Ribeiro (2019), ao discutir o “lugar de fala”, enfatiza que sujeitos ocupam posições sociais diferentes que moldam sua capacidade de ser escutados. No contexto clínico, isso significa que a palavra da mulher negra pode ser filtrada por preconceitos implícitos ou por uma escuta deficitária que não reconhece a historicidade de sua dor. Incorporar o conceito de lugar de fala não significa reduzir a paciente à sua identidade, mas compreender que sua subjetividade se constitui em diálogo com estruturas sociais que a precedem. Uma clínica atenta a isso abre espaço para que a mulher negra fale a partir de si, não do estereótipo projetado sobre ela, favorecendo a construção de uma narrativa própria que rompa com silenciamentos historicamente impostos.

De acordo com Deivison Faustino (2019), membro do instituto AMMA Psiquê, a desigualdade histórica na distribuição do reconhecimento e da empatia social contribui para compreender por que a temática do racismo ainda ocupa espaço reduzido na formação de profissionais da saúde mental, incluindo a psicanálise. A escassez de referências a autores e autoras negras nos currículos não é apenas um dado acadêmico, mas produz efeitos diretos na prática clínica, especialmente no campo da contratransferência. Quando o sofrimento relacionado ao racismo não é reconhecido como experiência estruturante, corre-se o risco de interpretá-lo como exagero, distorção perceptiva ou conflito estritamente individual.

Nesse contexto, as experiências compartilhadas no âmbito do AMMA Psiquê e Negritude indicam um aumento na busca por profissionais negros por parte de pacientes negros, sobretudo mulheres. Tal movimento não se reduz a uma identificação fenotípica, mas revela a preocupação com a possibilidade de uma escuta qualificada acerca das experiências de racialização. Muitas pacientes expressam receio de que profissionais brancos, formados em referenciais que silenciam o racismo, não reconheçam determinados episódios como violência psíquica relevante (Faustino, 2019). A demanda, portanto, explicita uma questão central: a escuta clínica não depende apenas da técnica, mas também do repertório simbólico e do posicionamento ético do analista diante das hierarquias raciais que estruturam o laço social.

De modo complementar, o AMMA Psiquê e Negritude (2008) tem enfatizado a necessidade de uma clínica antirracista, que reconheça o racismo como fator determinante no sofrimento psíquico da população negra. Em suas formulações, a instituição sustenta que o trabalho clínico exige não apenas empatia individual, mas também formação crítica sobre relações raciais, para que o analista não reproduza, ainda que involuntariamente, a lógica de silenciamento social. Essa perspectiva reforça que a escuta da mulher negra demanda uma ética ampliada, na qual o reconhecimento do racismo como realidade concreta possibilita a legitimação de afetos historicamente negados, como raiva, medo e exaustão. Assim, a clínica deixa de ser um espaço de neutralização da experiência racial e passa a constituir-se como território de elaboração e reconstrução simbólica.

Por fim, o trabalho analítico com mulheres negras deve também favorecer a construção de uma posição subjetiva mais autônoma e ativa, permitindo que elas se coloquem no mundo para além dos limites impostos pela colonialidade. Isso inclui ajudá-las a elaborar o medo do olhar alheio, a culpa por ocupar espaços não previstos para elas e a sensação de impostura que muitas carregam (Ribeiro, 2019). Quando o analista sustenta um espaço de reconhecimento e elaboração, contribui para que a paciente possa construir novas formas de existir, agir e desejar, rompendo com destinos imaginários que lhe foram atribuídos. Nesse sentido, a psicanálise pode tornar-se um espaço de reposicionamento simbólico e político, onde a mulher negra recupera não apenas sua voz, mas também sua possibilidade de se inscrever no mundo como sujeito pleno.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a subjetividade da mulher negra se constitui em um campo atravessado por forças históricas, políticas e inconscientes que ultrapassam a dimensão individual do sofrimento. Desde a infância, como discutem Gonzalez (2020) e Kilomba (2019), a mulher negra é interpelada por discursos raciais e de gênero que a posicionam em uma zona de alteridade reforçada, incidindo diretamente sobre os processos de identificação, desejo e possibilidade de reconhecimento. Esses atravessamentos constroem um cenário psíquico singular, no qual a experiência subjetiva emerge a partir de significantes que a antecedem e que moldam sua forma de se ver e de ser vista.

A clínica psicanalítica, quando sustentada pela universalidade abstrata do sujeito branco, europeu e masculino, como problematizado por Irigaray (1985) e retomado por Ribeiro (2019), corre o risco de reproduzir o apagamento histórico das mulheres negras dentro da teoria e da prática. Por isso, torna-se fundamental que o trabalho analítico reconheça a racialidade como operador estrutural na constituição do inconsciente, permitindo que o consultório se torne um espaço de legitimação do que foi socialmente silenciado. Como afirma bell hooks (2022), as opressões se perpetuam precisamente quando permanecem invisíveis, e a clínica, se não atenta a isso, repete o que pretende tratar.

Ao longo do texto, destacou-se também a importância de compreender como o racismo, enquanto estrutura repetitiva ou a “memória insistente” descrita por Kilomba (2019), atravessa o corpo, o afeto e o imaginário da mulher negra, produzindo efeitos duradouros sobre a constituição do eu. Esse processo inclui a internalização de imagens coloniais, a convocação constante à força e à resistência, a dificuldade de ocupar lugares de cuidado e a sensação persistente de inadequação. A psicanálise, ao acolher essas experiências, não só amplia seu campo teórico, mas também reafirma seu compromisso ético com a singularidade dos sujeitos.

Nesse sentido, a noção de “lugar de fala”, trazida por Djamila Ribeiro (2019), possibilita compreender que a escuta analítica não pode ser neutra: ela deve reconhecer que as condições materiais e simbólicas influenciam quem pode ser ouvido e como pode ser escutado. Incorporar esse entendimento ao *setting* clínico significa favorecer que a mulher negra fale a partir da própria experiência e não do estereótipo que lhe foi imposto, permitindo a construção de novas formas de significar sua existência.

No âmbito específico da clínica com mulheres negras, torna-se fundamental reconhecer os efeitos do mandato de força analisado por bell hooks (2022), a persistência da memória colonial descrita por Kilomba (2019) e os lugares historicamente atribuídos à mulher negra na sociabilidade escravocrata, conforme discutido por Rita Segato (2003; 2006). Tais elementos ajudam a compreender manifestações como hipervigilância, culpa por desejar, dificuldade de acessar a vulnerabilidade e sensação de não pertencimento — não como déficits individuais, mas como efeitos de uma história que ainda organiza o presente.

As contribuições de Maria Aparecida Bento (2002; 2022) e do AMMA Psiquê e Negritude (2008) reforçam que a racialidade não é um elemento periférico na constituição subjetiva, mas um eixo estruturante das relações sociais e psíquicas no Brasil. Ao evidenciarem tanto os mecanismos institucionais de manutenção das desigualdades quanto os efeitos emocionais e identitários do racismo cotidiano, essas produções ampliam o horizonte da psicanálise, convocando-a a revisar criticamente seus pressupostos universalizantes. Incorporar tais referências não significa abandonar a tradição psicanalítica, mas tensioná-la, enriquecê-la e torná-la mais capaz de responder às complexidades do contexto histórico e racial brasileiro.

Por fim, afirmar a necessidade de uma clínica sensível à racialidade é também afirmar o compromisso da psicanálise com a reconstrução subjetiva. Ao oferecer um espaço onde a mulher negra possa elaborar sua dor, recuperar sua vulnerabilidade e construir novas possi-

bilidades de desejo, o analista contribui para um reposicionamento simbólico e político que rompe com destinos coloniais (hooks, 2022; Ribeiro, 2019). Em última instância, retomar a noção de que a mulher negra é constituída historicamente como duplamente Outro — duplamente parte de uma interseccionalidade inferiorizada: mulher e negra — significa reconhecer que sua subjetividade exige uma clínica que não reproduza esse lugar, mas que trabalhe precisamente para desarticulá-lo (Gonzalez, 2020; Kilomba, 2019). Somente assim a psicanálise pode efetivamente participar da construção de um mundo no qual essa mulher não seja apenas objeto do olhar, mas sujeito pleno de sua própria história, palavra e existência.

REFERÊNCIAS

- AMMA PSIQUÊ E NEGRITUDE. *Os efeitos psicossociais do racismo*. São Paulo: AMMA Psiquê e Negritude, 2008.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. O mal-estar colonial: racismo e o sofrimento psíquico no Brasil. *Clínica & Cultura*, v. 8, n. 2, p. 82-94, dez. 2019.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org. de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. (Obra original publicada em 1988).
- HOOKS, bell. *Ain't I a woman? Mulheres negras e feminismo*. Trad. de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2022. (Obra original publicada em 1981).
- HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2019.
- IRIGARAY, Luce. *Espéculo da mulher*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985. (Obra original publicada em 1977).
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. (Obra original publicada em 2010).
- LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103. (Obra original publicada em 1949).
- RIBEIRO, Djamilá. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- SEGATO, Rita Laura. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez: territorio, soberanía y crímenes de segundo Estado*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.
- SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: contrato y estatus en la etiología de la violencia*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.
- SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Artigo recebido: 30 de novembro de 2025

Artigo aceito: 24 de fevereiro de 2026